

# APRESENTAÇÃO

## PRESENTATION

### EPISTEMOLOGIA, FENOMENOLOGIA E METAFÍSICA

No presente número de *Veritas*, que encerra o ano de 2013, os artigos cobrem áreas diversificadas, na filosofia do conhecimento, na fenomenologia e na metafísica.

No bloco inicial, com dois estudos de epistemologia, um com base em autores da filosofia antiga e outro com base em autores contemporâneos, tem-se inicialmente, em “Uma solução aristotélica para o paradoxo do mentiroso em *Metafísica* IV, 8” / “An Aristotelian Solution to the Liar Paradox in *Metaphysics* IV, 8”, de Nazareno Eduardo de Almeida, a sustentação da tese de que Aristóteles apresenta uma reação articulada e importante ao “paradoxo do mentiroso”, cuja formulação remonta ao contemporâneo do filósofo de Estagira, a saber, Eubúlides de Mileto (séc. IV a.C.), da – rival – escola megárica. Mais exatamente, o autor defende que Aristóteles chega a oferecer, implicitamente, resolução para duas versões do paradoxo, chamadas no estudo de “autorreferencial” e “anafórica”. A tese básica será que Aristóteles enfrenta essas duas versões ao refutar, com sucesso, a tese da *synaesthesia*, segundo a qual toda declaração é verdadeira, e a tese da *sympseudia*, segundo a qual toda declaração é falsa. A fonte, para tanto, é *Metafísica* IV, 8. Por sua vez, tangendo temas da epistemologia contemporânea, Eros Moreira de Carvalho, em “Goodman e o equilíbrio reflexivo” / “Goodman and the Reflective Equilibrium”, restabelece a tese do filósofo estadunidense Nelson Goodman (1906-1998), de que o “ajuste mútuo” entre as “inferências indutivas particulares” e os “princípios indutivos” são a única justificação de que se precisa para acatar ambos, passo esse que veio a denominar-se “equilíbrio reflexivo” e foi acusado de superficialidade por diversos epistemólogos. Eros Moreira de Carvalho sugere, em seguida, atenção para correta caracterização do princípio, que então deve ser efetivamente confirmado como melhor e necessária justificação ao raciocínio indutivo.

Em seguida, em “A estrutura do *noema* e a dupla concepção do objeto intencional em Husserl” / “The Structure of *Noema* and the Dual Conception of the Intentional Object in Husserl”, Carlos Diógenes Côrtes Tourinho explora a “especificidade do vivido intencional e a sua relação

Veritas	Porto Alegre	v. 58	n. 3	set./dez. 2013	p. 425-428
---------	--------------	-------	------	----------------	------------

com as sensações não intencionais”, bem como a relação entre “noese” e “noema”, pressupondo, para tanto, uma análise da estrutura do “noema”. Essa análise do “noema” deve deixar evidente que há uma duplicidade no “objeto intencional” esboçado na “subjetividade transcendental” de Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938): por um lado, “o caráter imanente” do noema, por outro “o que transcende” o noema.

Depois disso, dentro da tradição da fenomenologia, o tema metafísico do “tempo” é objeto de estudo em “Merleau-Ponty e a leitura gestáltica da teoria husserliana do tempo” / “Merleau-Ponty and the Gestaltic Reading of Husserl’s Theory of Time”, da autoria de Marcos José Müller. O autor argumenta, a partir da “leitura gestáltica” que Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) fez de Edmund Husserl, em favor de uma “nova formatação” para o diagrama husserliano, em que de cada evento atual três orientações “distintas e simultâneas” partiriam, representando distensão e enrugamento de “vivididos”, “protendidos” e “refletidos”. Na nova formatação, o autor busca evitar o que Merleau-Ponty, na discussão afim, chamara de “engano de Husserl”. Por sua vez, em “Somos livres... mais ou menos – Sobre o desenvolvimento sistemático dos graus de liberdade” / “We Are Free... More or Less – On the Systematic Development of Degrees of Freedom”, o filósofo alemão Dirk Stederth, docente na Universidade de Kassel, se refere à histórica e “perpétua estereotipia” sobre a liberdade do ser humano, a favor ou contra a qual se responde meramente com um “sim” ou um “não”. O autor busca responder à pergunta sobre a liberdade com um “mais ou menos”. Central, pois, vem a ser explorar o conceito de “graus de liberdade”, em três dimensões: a primeira “é baseada em diferentes níveis cognitivos”; a segunda “diferencia quatro fases de ação” e “de liberdade”; a terceira propõe, com auxílio de um exemplo, “um dimensionamento e uma graduação em relação a diferenciados níveis de desenvolvimento psicológico”.

Finalmente, Sofia Inês Albornoz Stein disponibiliza, em excelente tradução, o estudo referencial do filósofo contemporâneo – nascido na África do Sul e hoje professor na Universidade de Pittsburgh/EUA – John Henry McDowell (1942- ) “Naturalismo na filosofia da mente” / “Naturalism in the Philosophy of Mind”, texto referencial, em que o autor trabalha sobre o apontamento de Wilfrid Sellars (1912-1989) do “contraste entre o espaço das razões e o reino da lei”, tão importante desde a filosofia moderna, que não via ali, contudo, uma tensão (ou mesmo uma falácia naturalista) entre uma epistemologia inteligível e os poderes cognitivos que a natureza propicia. De fato, McDowell crê que o contraste enfatizado por Sellars é uma agenda para a filosofia contemporânea, sustentando que a “organização do espaço das razões” não é algo estranho à estrutura do mundo desvelada pela ciência natural

– passo esse que exige distinguir entre um “naturalismo restritivo”, advogado por Ruth Garrett Millikan (1933- ), e um “naturalismo liberal”. Para McDowell, e aqui se ergue uma tese de “naturalismo liberal”, “apreender sentidos” se direciona a “descrever padrões em nossas vidas” (mentais) inteligíveis só “em termos das relações que estruturam o espaço das razões”.

Na seção de *varia*, o presente número é beneficiado, mais uma vez, por estudos sobre o pensamento de Agostinho de Hipona (354-430) – de resto, uma constante na história do periódico *Veritas*, como poderia ser verificado em uma inspeção sobretudo de seus artigos nas últimas duas décadas. Primeiramente, em “Agostinho de Hipona: considerações sobre o mal e temas correlatos em *De libero arbitrio*” / “Augustine of Hippo: Considerations on Evil and Correlated Themes in *De libero arbitrio*”, Rosalie Helena de Souza Pereira investiga a problemática do mal no diálogo – dividido em três Livros – chamado *De libero arbitrio* (388-395). O diálogo é conduzido pela pergunta acerca da “origem do mal”, que, dito de modo direto e simples, surge por causa da “desordem” da alma. A autora desdobra o tema com uma análise substancial da teoria dos desejos, na alma, por Agostinho. Além disso, ela desdobra o tema diretivo perpassando cada um dos três livros do referido diálogo, em que já aparece, ao final, a tese da necessidade da graça para fortalecer o livre-arbitrio da vontade humana, ao ponto de tornar de novo possível, à vontade, a liberdade da ordem. Depois disso, em “Poder e limites da razão em Agostinho” / “The Power and the Limits of Reason according to Augustine”, Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha explora a ideia de que a razão, “interrogando-se sobre si e sobre o que é o ser humano”, descobre tanto “conhecimento” quanto “ignorância de si”. A razão, com efeito, tanto não se basta para uma compreensão satisfatória da realidade quanto é incapaz de “compreende-se totalmente”. De maneira mais estrita, o estudo do “alcance” e dos “limites da razão” em Aurélio Agostinho encontra a sua base, para a autora, no mote “*Quaestio mihi factus sum*” (“Tornei-me para mim mesmo uma interrogação”) de *Confessiones* X, xxxiii, 50. A partir dali, o argumento central será que, segundo Agostinho, “o ser humano em seu autoconhecimento é”, pois, “incessantemente retirado de si e reapresentado a si mesmo”.

Completando o presente número, dois estudos enfocando o pensamento de Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900) são apresentados. Em “A construção interpessoal do sentido moral de verdade: considerações sobre a filosofia do jovem Nietzsche” / “The Construction of the Interpersonal Moral Sense of Truth: Remarks on the Philosophy of the Young Nietzsche” (Encarte Digital), André Luis Muniz Garcia apresenta

a obra *Verdade e mentira em sentido extramoral* (1873, mas publicada postumamente), em que Nietzsche desdobra a ideia de que “o sentido moral de verdade” recebe uma construção intersubjetiva, que, em última análise, responde a uma “convencionalização” e a uma “regulamentação das práticas e dos usos [...] dos signos linguísticos”. O autor divide o seu estudo e a sua interpretação do texto original de Nietzsche, para esse propósito de explicação, em três argumentos: (i) “Nietzsche e o estatuto da linguagem natural para o pensamento filosófico”, (ii) “uso e significação: a construção interpessoal do sentido moral de verdade” e (iii) a pergunta pelo “que é moral no registro do simples pensar”. Por fim, em “Princípio de razão e o ‘conhecimento das causas’: considerações sobre o valor fundamental da verdade e seu sentido” / “Principle of Reason and ‘Knowledge of Causes’: Considerations on the Inner Value of Truth and its Meaning”, Dax Moraes dá seguimento e conclui o estudo publicado em *Veritas* 57:2 (2012), p. 163-193, com o título “Princípio de razão e o ‘conhecimento das causas’: pensamento, representação e a possibilidade de saber em geral” / “Principle of Reason and ‘Knowledge of Causes’: Thought, Representation and the Possibility of Knowledge in General”. Nesta complementação, o autor enfoca as “críticas nietzscheanas dos valores e da verdade”, que se voltam a uma vontade “que exige do mundo uma causa universal que lhe sirva como explicação”. No presente estudo, dá-se atenção ao significado desse “sentimento”, que tanto é partilhado pela ciência quanto pela religião, e que deve valer como alguma resposta “à *total ausência de sentido*”. Ora, o sentido de cada coisa no mundo, afinal, tem razão tão somente na “criação” do próprio ser humano, nem além e nem aquém.

**Roberto Hofmeister Pich**

PPGF, PUCRS